

HABEAS CORPUS Nº 537.466 - SP (2019/0297972-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : FABIO ROGERIO DONADON COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153
VINICIUS RAMOS RUY - SP423358
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J D DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de J D DA S, em face de decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, assim ementada (fl. 51):

Estupro de vulnerável Vítima deficiente mental Réu que a leva para lugar ermo e tenta beijá-la e despi-la Palavra da ofendida segura e coerente confirmando a intenção do réu Depoimento de testemunha que presenciou a menina sendo levada pelo réu em sua motocicleta Negativa isolada nos autos Condenação mantida Pena e regime prisional corretos Recurso improvido.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 217-A, § 1º, c.c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Ato seguinte, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual lhe negou provimento.

No presente *habeas corpus*, alega a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que seria devido o abrandamento do regime inicial para o semiaberto.

Indeferida a liminar, prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

DECIDO.

No que toca ao pleito de abrandamento do regime inicial, tem-se que a Corte de origem manteve o modo fechado, com os seguintes fundamentos (fl. 56):

Tratando-se de crime que apresenta gravidade concreta, praticado contra pessoa que apresenta deficiência mental, o regime inicial fechado se mostra adequado à reprovação da conduta.

Como se vê, o regime inicial mais gravoso foi mantido em razão da gravidade concreta do crime, demonstrada em razão de a vítima possuir deficiência mental.

Dessa maneira, tem-se que a escolha do modo prisional fechado

Superior Tribunal de Justiça

encontra-se devidamente justificada na circunstâncias do caso concreto, não havendo, portanto, se falar em concessão da ordem. Nesse norte:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRETENSÃO DE INICIAR O CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME SEMIABERTO. IMPOSSIBILIDADE. REGIME INICIAL FECHADO DEVIDAMENTE MOTIVADO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. SÚMULAS N.os 440 DESTA CORTE E 718 E 719 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OBSERVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No caso, o regime inicial fechado foi estabelecido com base na gravidade concreta da conduta delituosa - o crime de estupro foi praticado contra criança de apenas oito anos de idade e teria deixado consequências indeléveis para a infante -, de modo que inexistia violação dos enunciados das Súmulas n.os 440 do Superior Tribunal de Justiça e 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 472.590/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 10/09/2019)

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator